

# A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)<sup>1</sup>

The sword and the chapel: relationships of godfathers among militia officers in the southern borderland of Brazil (1816-1835)

Luís Augusto Farinatti<sup>2</sup>  
lafarinatti@gmail.com

---

**Resumo.** É conhecida a ideia de que a elite da fronteira meridional do Brasil, na primeira metade do século XIX, seria formada por “estancieiros-militares”. Porém, as pesquisas não têm se aprofundado no estudo desse grupo. A proposta deste artigo é investigar a presença e o papel desempenhado pelos oficiais de milícia naquelas sociedades. Tratava-se de um contexto onde as relações pessoais tinham grande relevância, ajudando a estruturar a política e a economia. Uma parte importante dessas relações pode ser reconstruída através do estudo do compadrio. Assim, o artigo se concentra na análise das relações de compadrio dos oficiais milicianos, na capela de Alegrete, entre 1816 e 1835. As principais fontes empregadas para isso são os registros de batismo e as correspondências oficiais.

**Palavras-chave:** oficiais de milícia, compadrio, fronteira, Rio Grande do Sul.

**Abstract.** It has become common place the idea that, during the first half of the 19<sup>th</sup> century, Brazil southern borderlands’ elite might have been composed of “military-ranchers”. However, no in-depth survey about this group has been done. This paper intends to investigate the presence and the role played by the militia officers in those societies. Personal ties were very relevant in that context, helping to build the politics and the economy. An important part of those ties can be reconstructed studying the “compadrio” – a personal tie between parents and godparents. This article focuses on the “compadrio” among militia officers in Alegrete, from 1816 to 1835. The main sources used were baptism records and official mail.

**Key words:** Militia officers, personal ties, borderland, Rio Grande do Sul

---

No dia 1º de fevereiro de 1823, o tenente João Batista de Castilhos e sua mulher, dona Julia Joaquina da Silva, levaram seu filho Thomaz, de 4 meses de idade, para batizar na capela de Alegrete, na província do Rio Grande do Sul. Os padrinhos foram o tenente-coronel Bento Manoel Ribeiro e sua esposa, dona Maria Mâncio da Conceição (Family Search, s.d.).<sup>3</sup> É possível imaginar que o ato tenha ganhado algum destaque naquele povoado de fronteira. Tratava-se de duas famílias da elite da região: grandes fazendeiros, importantes oficiais

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq. Agradeço aos pareceristas anônimos da revista pelas contribuições ao texto. Agradeço, também, aos estudantes de graduação que auxiliaram a pesquisa em atividades de iniciação científica.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Site *Family-Search. Brazil. Catholic Church Records* (FS). Rio Grande do Sul. Alegrete. Capela de Alegrete. Livro de Batismos n. 1, f. 30. Os batismos apresentam regularidade a partir de 1821, o que coincide com a relativa pacificação da região, em virtude do fim da campanha contra Artigas. Foram utilizados os registros do site *Family-Search. Catholic-Search Records*. De agora em diante “FS”. Esse site disponibiliza cópias fotográficas dos assentos de batismo de várias regiões do mundo. Eles foram cotejados com cópias fotográficas feitas pelo pesquisador diretamente nos livros de batismo no Arquivo Diocesano de Uruguaiana (RS). Infelizmente, depois que essas fotos foram feitas, ficou muito difícil a pesquisa *in loco*, por empecilhos postos pela direção do arquivo a todos os pesquisadores. Assim, recorre-se às excelentes fotografias existentes no dito site.

milicianos, sesmeiros. A constatação de que os grupos dominantes locais portavam essas características é um lugar-comum historiográfico. O problema é que, muitas vezes, os questionamentos param exatamente onde deveriam começar. O que podemos mesmo saber sobre esses setores de elite, a partir dessas palavras? Será que basta sua simples enunciação para nos dar explicações suficientes sobre tais grupos e sobre a estratificação das sociedades rurais do Oitocentos?

No caso da fronteira meridional do Brasil, ganha destaque a associação entre latifundiários e oficiais militares ou milicianos, na figura do “estancieiro-militar”, mas é menos frequente que se interrogue sobre as formas concretas dessa combinação e sobre os significados sociais específicos dos postos ligados à atividade guerreira. Este artigo parte da aposta de que ainda há elementos importantes a conhecer sobre esse tema. Há várias maneiras de abordá-lo, a partir de aportes metodológicos e fontes documentais diversas. As pesquisas mais recentes em história agrária, no Rio Grande do Sul, têm demonstrado a diversidade dos grupos rurais, nos séculos XVIII e XIX. Afinadas com trabalhos sobre outras áreas do Brasil e sobre a região platina, apontam a presença de pequenos e médios produtores, ao lado de uma elite de grandes estancieiros, bem como a importância da produção familiar e da escravidão, conjuntamente com o trabalho livre (Zarth, 2002; Garcia, 2005; Osório, 2007; Farinatti, 2010).

Por outro lado, o surgimento de uma história militar renovada, em diálogo aberto com a história social e com a história política, deve ser saudado como um dos mais interessantes processos na historiografia brasileira atual (Kraay, 1999; Souza, 1999; Castro *et al.*, 2004; Ribeiro, 2009). Os temas visitados variam, merecendo destaque os trabalhos sobre os sentidos sociais do recrutamento e da arregimentação de tropas, a organização das milícias e da guarda nacional, a ligação entre o serviço militar e a cidadania, a relação de cada um desses aspectos com a construção do Estado imperial. Parte dessas obras traz estudos importantes sobre o Rio Grande do Sul oitocentista (Ribeiro, 2005; Axt, 2008; Fertig, 2010; Neumann e Grijó, 2010; Possamai, 2010; Mugge e Comissoli, 2011).

Neste artigo, proponho uma contribuição a partir da análise das relações de compadrio, tendo como objeto essas elites “estancieiras” e “militares” tão importantes, tão referidas e tão pouco estudadas. Investigo a presença, a posição social e as relações tecidas pelos oficiais milicianos naquela fronteira. A metodologia empregada envolve uma combinação de análise quantitativa e reconstrução de relações através de um banco de dados nominal, construídos a partir dos registros paroquiais e de outras fontes, tais como correspondências oficiais e inventários *post mortem*. Neste último procedimento, emprego, também, uma figura com

uma representação gráfica dos padrinhos e madrinhas preferenciais. Como se verá, a figura não é apenas ilustrativa, e a representação em forma de rede ali construída permite a visualização de relações que não estariam visíveis se não se recorresse a esse procedimento.

O foco do trabalho recai sobre a Capela de Alegrete, a primeira a ser erigida ao sul do rio Ibicuí, nas regiões conquistadas pelos luso-brasileiros nos extremos da “Fronteira do Rio Pardo”. Tratava-se de territórios dos povos das Missões Guaraníticas, disputados ao Império Espanhol e, depois, entre os diversos projetos de soberania que se digladiavam no espaço fronteiriço platino. O período estudado se localiza entre os anos de 1816 e 1835, ou seja, desde o primeiro batismo, ali registrado, até o início da Revolução Farroupilha. Esta, devido à sua duração e especificidade, exigiria uma pesquisa específica.

Como se sabe, na década de 1820, a estrutura militar do Império do Brasil reiterou a divisão existente em tempos coloniais, entre o exército de primeira linha e tropas auxiliares que, em princípio, ficariam responsáveis pela segurança interna e, se necessário fosse, poderiam coadjuvar o serviço do exército. Esse era o caso das milícias, embora, em uma situação como a do Rio Grande do Sul, palco de guerra quase constante, as milícias tenham sido mobilizadas com frequência e tenham angariado, mesmo, maior importância que o exército. Por vezes, é difícil discernir se um oficial era do exército ou das milícias, mesmo porque havia a permissão para que oficiais do exército passassem a servir na segunda linha. Porém, a preponderância das milícias no avanço sobre a fronteira estudado aqui fez com que eu escolhesse os termos “oficial de milícias” ou “oficial miliciano” em vez de “oficial militar”. Creio, assim, estar contemplando a maioria dos sujeitos estudados neste trabalho. Em 1825, havia três unidades do exército na província e sete de milícias, sendo que uma delas era o 23º Regimento de cavalaria miliciano, sediado em Alegrete (Ribeiro, 2005). Porém, isso não quer dizer que todos os oficiais de milícia referidos aqui estivessem mobilizados no 23º Regimento. Alguns deles haviam atuado nos corpos milicianos durante a conquista daquelas terras e continuavam a ter reconhecimento social, sendo chamados por seus postos. Como o objetivo, aqui, é estudar os oficiais na sociedade e não em combate, incluí na análise todos esses casos.

## Registros de batismo e relações sociais

Os trabalhos sobre o compadrio têm destacado sua relevância como prática social e religiosa no mundo ibero-americano e, por isso mesmo, sua riqueza para a análise

histórica (Gudeman, 1975; Santilli, 2003; Brugger, 2007; Hameister, 2006; Kuhn, 2006; Sirtori, 2008; Fragoso, 2009; Scott, 2009). Além das importantes possibilidades para a história demográfica e da família, o emprego de registros de batismo também vem trazendo contribuições para o estudo das relações sociais e das alianças políticas. Ainda que houvesse exceções, era normal convidar padrinhos de extração social igual ou superior à dos pais da criança. Em razão disso, a reconstrução dessas relações pode nos dizer algo sobre a estratificação social e o prestígio dos envolvidos. Além disso, a reconstrução das redes de compadrio é vista como um modo de acessar as relações de reciprocidade vertical e horizontal que formavam parte importante dos caminhos por onde circulavam recursos e se estruturavam hierarquias, naquelas sociedades pré-industriais.

Nesse campo, é preciso agir com cuidado para não naturalizar a associação entre relação de compadrio e a efetividade das alianças sociais. Como se tem destacado, o convite para apadrinhar podia ser gerado por lógicas diversificadas. Essas lógicas eram desigualmente distribuídas na sociedade, podendo variar conforme se tratasse de guaranis ou luso-brasileiros, de escravos ou livres, de mães solteiras pobres ou de famílias de elite. Por vezes, podia mesmo haver uma lógica dominante na escolha das madrinhas e outra na dos padrinhos.

Além disso, se a força da reciprocidade sugerida pelo compadrio podia ser reiterada por muito tempo, também era possível que ocorresse o contrário: um afastamento ou até um rápido rompimento entre os compadres. Por outro lado, o batismo não tornava todos os compadres e todos os afilhados igualmente próximos. Tratava-se apenas de uma das diversas formas de relação social, que se somava a outras. Sua efetividade dependia desse balanço e da ação dos sujeitos nas diferentes conjunturas que surgiam. Assim, ao reconstruir as malhas de relações sociais a partir do compadrio, não se pode cair na armadilha de pensar que se está diante de uma representação completa dos vínculos relevantes de um sujeito. Dentro do recorte temporal escolhido (seja 20, 30 ou 50 anos), o arranjo desses laços pode mudar. Além disso, certamente havia relações importantes e reiteradas que, no entanto, não passaram pela unção de uma criança na pia batismal. Dessa forma, a utilização dos registros de batismo para os fins referidos acima só pode ser aceita se deixarmos claro seu caráter parcial.

Contudo, tendo em mente esses cuidados e essas limitações, nada impede que o pesquisador utilize os registros de batismo, em conjunto com outras fontes, como um indício da formação de relações de reciprocidade e da hierarquia social vigente. Aqui, cabe destacar mais um limite do trabalho. Muitos desses oficiais, especialmente

os que atingiram posições mais importantes, tinham redes sociais com largo alcance geográfico, envolvendo, além da capela, também outras áreas da província e, por vezes, outras partes do Brasil e das regiões platinas. O que se pode acessar com mais clareza, através dos batismos, são suas relações na capela de Alegrete. Ou seja, apenas uma parte de uma configuração relacional maior. Ainda assim, penso, trata-se de uma parte de grande importância, pois se tratava do local de residência e da base social daqueles homens e de suas famílias.

## Os que compareciam à capela

Nas primeiras décadas do século XIX, os luso-brasileiros promoveram movimentos de conquista das áreas disputadas com o Império colonial espanhol, localizadas a oeste e sul do Rio Grande de São Pedro. Esses movimentos geraram a apropriação de territórios da margem esquerda do rio Uruguai, dantes pertencentes aos povoados missionários guaranis. Tratavam-se de zonas ricas em animais vacuns e cavaleiros. Ali, eles estabeleceram unidades produtivas dedicadas à pecuária e, em menor escala, à agricultura, trouxeram suas famílias, adquiriram escravos africanos e crioulos. A região era disputada pelas diversas forças em luta no processo das guerras de independência no sul da América. Ao mesmo tempo, a colonização hispânica também avançava para o norte, a partir do Prata. Dentro desse contexto, as diferentes parcialidades de guaranis missionários tomavam posições diversas: aliavam-se a algum dos lados em guerra, migravam, buscavam se recolocar em suas antigas possessões, agora sob novas e instáveis ordenações políticas. Além de tudo, remanescentes dos grupos charrua e minuano também procuravam sobreviver e manter sua autonomia.

Foi sobre esse território de fronteira, de povoamento multiétnico, que os luso-brasileiros ergueram uma capela, em 1812, às margens de um dos afluentes do Rio Ibicuí. O primeiro edifício da capela foi queimado, quatro anos depois, pelas forças artiguistas. Reconstruída, em 1817, nas proximidades do Rio Ibirapuitã, a capela passou a servir de referencial para o governo imperial português e também para a população que ali se instalava, sob o nome de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete. Sua imprecisa jurisdição serviria de base para a criação do município de Alegrete, em 1831.

O universo de pessoas que compareceram perante a pia batismal da capela reflete essa heterogeneidade. Em um total de 2.624 registros, 81% eram batismos de pessoas livres, 1% de libertos e 18% de escravos, incluindo aí tanto crianças quanto africanos. Em geral, os padres foram zelosos em atribuir uma cor para o batizando, o que sugere a importância de uma hierarquização social costumeira, fora

da institucionalização legal (Fragoso, 2009). Apenas 13% dos batizados ficaram sem referência de cor. Dos outros, 37% foram declarados índios ou chinas, 31% brancos, 12% pretos, 5% pardos e 2% mestiços (FS, RS, Alegrete, Capela de Alegrete, Livros de Batismos n. 1 e 2).

Dentro desse conjunto, pais oficiais milicianos levaram seus filhos a batizar em 94 oportunidades, o que alcança apenas 3% do total de registros. Todos foram apontados como brancos. Isso, é claro, não significa que, entre eles, só existissem brancos, apenas é mais uma mostra da posição social privilegiada que se lhes atribuía. Naturalmente, essa não deve ser tratada como uma estimativa totalmente confiável da representatividade dos oficiais entre a população da região, mas ela nos dá, ao menos, um indício de que tais patentes não estavam tão disseminadas quanto se poderia supor.

Porém, como tenho frisado, esses números não podem ser tomados de forma absoluta. Há casos em que uma mesma pessoa é apontada como oficial militar em um registro, mas não em outro. Na montagem desse conjunto de 94 registros, considerei todos aqueles que tiveram indicada uma patente pelo menos uma vez e, através de uma busca nominal, incluí os registros onde aqueles mesmos sujeitos apareciam sem a patente. Essa omissão pode ter tido fatores diversos. Ao menos em parte, ela pode se dever ao estilo do padre que escreveu o registro. Entretanto, essa não era a única explicação para a existência de tal discrepância. Como foi dito, essas patentes derivavam da atividade militar e, no caso estudado aqui, da participação nas reiteradas campanhas de conquista e manutenção daquelas possessões. Contudo, para além do aspecto militar *stricto sensu*, aquelas eram categorias de um modo de hierarquização social. Assim sendo, deveria ser mantida e reiterada no mundo social mais amplo (Fragoso, 2009; Hameister e Gil, 2007). Tratava-se de um contexto anterior ao processo de profissionalização do exército, que só ganhou força a partir de meados do século XIX e, sobretudo, após a Guerra do Paraguai (Schultz, 1994; Souza, 1999).

Agora, o que é mais importante destacar aqui: os oficiais milicianos figuraram como padrinhos em 355 oportunidades ou 14% do total de registros. Ou seja, um número 2,5 vezes maior que sua representatividade como pais. Esses números ficam ainda mais significativos ao analisarmos aqueles padrinhos e madrinhas que se destacaram pelo grande número de afilhados. Uma análise desses “campeões de batismo” pode revelar aspectos importantes das formas de hierarquização e de prestígio social na capela (Hameister, 2006). A existência de um banco de dados

nominal, construído a partir de fontes patrimoniais e administrativas, sobre a mesma região, possibilita localizar socialmente a maioria daqueles sujeitos. Busquei analisar o padrinho/madrinha tanto individualmente, como em conjunto com o cônjuge. Se é verdade que havia diversas oportunidades em que o casal não apadrinhava junto, também se deve ter em conta que, naquela sociedade, o individualismo estava pouco presente e a família tinha grande importância em termos de reconhecimento social. O convite para que um dos cônjuges se fizesse presente à pia batismal significava prestígio e estabelecimento de relações para a sua família e não apenas para si próprio.

Tendo em conta esses aspectos, considere “campeão de batismo” aquele casal que tenha alcançado, ao menos, 10 afilhados, somadas as oportunidades onde apareceram cada um dos cônjuges com ou sem a companhia do outro.<sup>4</sup> Esses dados estão dispostos na Tabela 1. Há 12 casais, mais três padrinhos solteiros. Entre os padrinhos, houve 12 homens livres casados, um homem livre solteiro e dois escravos solteiros. Todas as madrinhas são casadas e livres. Nenhuma mulher solteira teve 10 afilhados ou mais.

Dentre os 12 casais, 11 não apresentam menção à etnia ou cor da pele. A exceção é o casal formado por Vicente Aleixo e Bernardina Flores, índios guaranis. Essa é a única mulher que não foi grafada como “dona”, símbolo de distinção social, pelos padres que fizeram os registros, sugerindo que as outras campeãs de batismo pertenciam à elite local. Os afilhados desse casal foram registrados como “índio” (a maioria), “china” ou “pardo” pelos párocos, indicando sua preeminência entre esses grupos. O mesmo se pode dizer sobre os dois escravos que eram campeões de batismo, cujo leque de comadres e compadres tinha uma maioria de outros cativos. Também é o caso de Davi Gomes de Carvalho, único homem solteiro a figurar na Tabela 1 e que, apesar de pertencer a uma família de elite, tinha quase só subalternos em seu grupo de compadres. Uma pesquisa sobre esses grupos está sendo realizada e recém começam a aparecer seus resultados parciais.

Vamos voltar nossa atenção para os demais presentes no grupo dos compadres preferenciais. Dentre os 15 padrinhos, sete eram oficiais milicianos. Ou seja, os oficiais aparecem em 14% dos registros como padrinhos, mas estão claramente sobrerrepresentados entre os campeões de batismo, formando metade desse grupo. A importância desses postos fica ainda mais evidente ao percebermos que, em seis dos oito casais que ocupam o topo da lista, o marido possuía uma daquelas patentes.

Aquela fronteira fora conquistada recentemente e seguia sob ameaça. A instabilidade institucional e política,

<sup>4</sup> Houve casos de nomes de madrinhas, grafados sem sobrenome, que pareciam se tratar de campeãs de batismo, mas, por uma pesquisa mais refinada, descobriu-se serem várias homônimas. Era o caso de Maria Antônia e Maria Francisca.

**Tabela 1.** Principais padrinhos e madrinhas (Alegrete, 1816-1835).**Table 1.** Main godfathers and godmothers (Alegrete, 1816-1835).

<b>Padrinho esposo</b>	<b>Número de batismos</b>	<b>Madrinha esposa</b>	<b>N. de batismos</b>	<b>Em conjunto</b>	<b>Total</b>
Felisberto N. Coelho (capitão)	24	Ana Joaquina da Conceição (dona)	24	4	28
João M. de Bitencourt (tenente-coronel)	16	Rita Gomes de Oliveira (Dona)	16	6	26
Joaquim A. de Oliveira	16	Maria Joaquina da Silva (Dona)	18	10	24
Antonio Guterres Alexandrino (sargento-mor)	16	Ana Joaquina Flora (Dona)	16	12	20
Bento Manuel Ribeiro (tenente-coronel)	15	Maria Mancio da Conceição (dona)	13	10	18
Belchior Monteiro Mancio	7	Ana Doroteia Ribeiro (dona)	16	5	18
Luis Inacio Jaques (alferes)	13	Felisberta Maria da Conceição (Dona)	9	5	17
Manoel C. Bulhão (capitão) e Antônio R. da Silva	7 e 2	Rosa Maria de Oliveira (dona)	17	7	17
Vicente Aleixo	13	Bernardina Flores	11	7	17
David Gomes de Carvalho	15	Sem esposa	-----	-----	15
Jose Ribeiro de Almeida (Capitão)	11	Umbelina M. Gonçalves (Dona) e Mafalda F. de Lima (Dona)	4 e 6	5 e 2	14
Jose (escravo de Albino Pereira de Lima)	12	Sem esposa	-----	-----	12
Manuel Jose de Carvalho	11	Custódia Maria de Cravinho (dona)	12	11	12
Manuel Alves dos Santos	11	Clementina Urbana (dona)	10	10	10
Mateus (escravo de João de Araújo e Silva)	10	Sem esposa	-----	-----	10

Fonte: Brasil, Registros da Igreja Católica, RS, Alegrete, Capela de Alegrete, Livros de Batismos n. 1 e 2, 1816-1835. (Family Search, s.d.).

as constantes requisições de animais, os recrutamentos, os confiscos em período de guerra, tudo isso alçava os comandantes militares e milicianos a uma posição de especial importância (Guazzelli, 1994). Eles tinham a possibilidade de proteger aliados e escolher desafetos para onerar com as necessidades da guerra. No caso dos recrutamentos para a primeira linha e, sobretudo, para as milícias, por mais que o governo imperial tenha tentado regradar as condutas, na prática, a atuação dos comandantes de companhia, na esfera local, era a base de todo o sistema. Isso dava margem

a proteções e favorecimentos. A maioria da população buscava não ser recrutada. Porém, se assim tivesse que ser, a preferência era sempre pelas ordenanças, onde, naquela época, estavam as forças de reserva. Se isso não fosse possível, então que estivessem nas milícias. O objetivo final era fugir do recrutamento para a primeira linha, destino daqueles de baixa qualidade social e onde as condições de serviço eram muito piores (Ribeiro, 2005; Luft, 2011).

Obviamente, o atendimento a essas reciprocidades tinha limites. Os comandantes construíam seu prestígio junto



às autoridades imperiais por sua capacidade de arregimentar homens para a guerra, conseguir suprimentos e, naturalmente, por seu sucesso no campo de batalha. Assim, esses comandantes deviam equilibrar-se entre a necessidade de atender às demandas da guerra e a obrigação de valer, tanto quanto possível, aos seus aliados e protegidos. Afinal, eram essas mesmas alianças que garantiam que os comandantes tivessem recursos (homens, cavalos, relações com outros líderes) para servir ao Império ou até para se opor a ele (Farinatti, 2010).

Contudo, outro gênero de intermediação podia ser promovido pelos comandantes. A conquista daqueles territórios, pelos luso-brasileiros, também teve uma importante motivação econômica. A produção de charque, nas áreas litorâneas do Rio Grande de São Pedro, estava em expansão. O produto era exportado, sobretudo, para os portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, destinando-se ao abastecimento das áreas de produção açucareira. A incorporação de terras e gado se fazia, assim, sob um claro influxo mercantil. Contudo, o acesso aos recursos, sua apropriação e redistribuição, não se davam apenas pelas vias mercantis. As relações sociais desempenhavam, ali, um papel de grande relevância.

Nesse contexto de guerra e conquista de uma nova fronteira, os comandantes militares e, por extensão, os demais oficiais, tiveram um papel talvez ainda mais significativo do que em outras regiões. O processo de apropriação da terra se deu através de formas diversas. A doação de sesmarias, a simples posse e a compra foram expedientes comuns. Desde fins do século XVIII, o governador da capitania tinha o poder de distribuir sesmarias, o que se fazia por meio de requerimento dos interessados. Nesse contexto, cabia aos comandantes militares informar ao governador se o postulante preenchia os requisitos para receber a concessão (Osório, 1990). Além disso, os limites entre as propriedades eram imprecisos e a permissão para que os não proprietários utilizassem a terra “a favor” era recorrente. Assim, não era raro que ocorressem conflitos em torno de sobreposições de pretensões de direito sobre determinadas áreas (Garcia, 2005). Dessa forma, no início do século XIX, naquela fronteira, tanto ou mais do que o título legal, eram as relações sociais que podiam proporcionar alguma estabilidade ao acesso à terra.

Por sua vez, as arreadas de gado chimarrão no contexto dos conflitos e sua distribuição como espólio de guerra entre os participantes foram expedientes comumente empregados nas expedições bélicas dos luso-brasileiros durante o século XVIII (Hameister e Gil, 2007). Elas também foram significativas no início do Oitocentos até, pelo menos, o final da Guerra Cisplatina (1825-1828). O avanço dos contingentes luso-brasileiros sobre os *pueblos* e estâncias das Missões Orientais implicou atividades de tomada e redistribuição desse precioso butim de guerra (Golin, 2004).

A estrutura agrária que derivou desse processo contava com grandes, médios e pequenos produtores. Parte destes últimos era proprietária de terras, mas a maioria deles mantinha seus pequenos rebanhos e lavouras nas terras de outros, como agregados (Farinatti, 2010). Em uma lista de moradores levantada no 2º. Distrito de Alegrete, em um período um pouco posterior ao estudado aqui (1846), podemos ter uma ideia da concentração fundiária, ao menos para aquela sub-região: em um universo de 263 chefes de domicílio, aqueles chamados de “proprietários” eram apenas 23%, enquanto que os “agregados” somavam impressionantes 76%. O outro 1% estava dividido entre um “negociante” e um “negociante e agregado” (AHRS, 1846). Sob a denominação de agregados poderiam estar incluídos atores sociais diversos, desde um filho do proprietário que estivesse arranchado em suas terras, até um pequeno produtor relativamente autônomo ou um ex-escravo e sua família. Além disso, mesmo não estando incluídos nessa categoria, havia também lavouras e pequenos contingentes de animais pertencentes a escravos (Matheus, 2012).

Ou seja, essa realidade socioeconômica surgiu sob fortes estímulos mercantis e prosseguiu sempre muito influenciada por eles. Todavia, era construída, também, pelo acesso e distribuição de bens fora do mercado. Nesse contexto, onde grande parte das terras estava nas mãos de um pequeno grupo, a possibilidade de manter uma produção autônoma, para a maior parte dos subalternos, passava por uma negociação desigual com esses proprietários. Ou seja, na fronteira meridional, durante as primeiras décadas do Oitocentos, estruturava-se uma sociedade cujos traços guardavam semelhanças com aquelas formadas em diversas outras regiões de América Portuguesa nos três séculos anteriores (Fragoso, 2009).

Pode-se imaginar, assim, que a condição de grande estancieiro, e não a de oficial miliciano é que era o principal fator gerador de relações de reciprocidade vertical, que poderiam se traduzir no fato do sujeito ser convidado a apadrinhar muitas vezes. De fato, todos os oficiais milicianos presentes entre os “campeões de batismo” eram, também, grandes estancieiros. Contudo, a maioria dos grandes estancieiros, em Alegrete, não era formada por oficiais de milícia. Entre as 15 maiores fortunas de uma amostra de inventários daquela vila, entre 1831 e 1870, 14 eram grandes estancieiros, mas somente seis deles haviam sido oficiais milicianos e, dentre eles, apenas quatro continuavam atuantes nas atividades bélicas em meados do século XIX (Farinatti, 2010). Dentre a lista dos “campeões de batismo”, ao contrário, temos sete oficiais, dois grandes estancieiros que não eram milicianos, um comerciante, dois sujeitos que pertenciam a famílias de “estancieiros-milicianos”, mas que não eram, eles mesmos,

grandes senhores de terras, um casal de índios e dois escravos. Ou seja, novamente verificamos que os oficiais de milícia estão sobrerrepresentados entre os padrinhos preferenciais. Nesse campo, ao menos no período estudado, essa condição parecia contar mais do que ser grande proprietário ou, ao menos, a acumulação das duas é que deveria ter papel relevante.

Porém, não se deve tomar como absoluta a relação entre essas patentes e o prestígio no campo do compadrio. Há famílias importantes de oficiais que não figuram entre as mais procuradas pelos fregueses da capela para batizar seus filhos. É o caso, por exemplo, dos quatro filhos do General José de Abreu, que fora comandante das armas da província. Todos os quatro foram oficiais, e um deles, o Tenente-Coronel Cláudio José de Abreu, foi Comandante da Fronteira de Alegrete, o mais alto cargo militar da região.

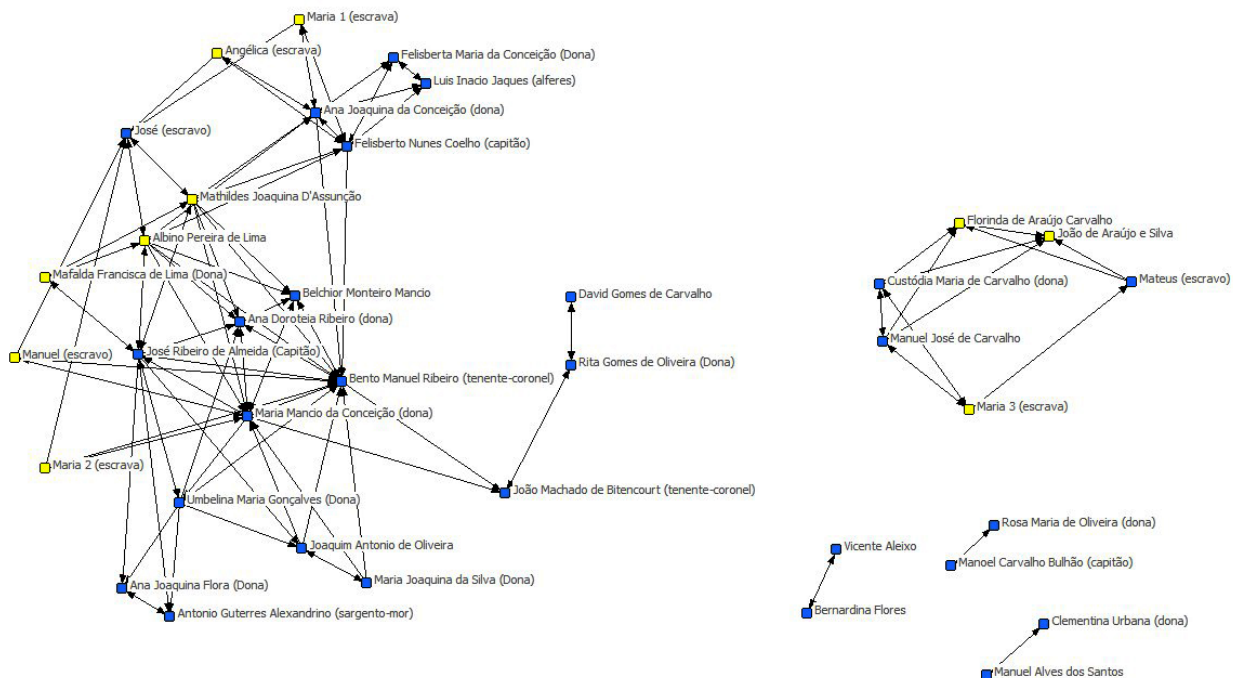
Isso comprova que, como foi dito, havia lógicas diversificadas informando a escolha de compadres. Um dos aspectos a ser mencionado, por exemplo, é que deviam ser vistos como bons padrinhos e, sobretudo, boas madrinhas, pessoas casadas que não tivessem filhos. Esse era o caso de cinco daqueles casais. Interessante notar que, entre eles, estavam os dois casos em que as esposas tinham muito mais afilhados do que os seus maridos – Ana Doroteia Ribeiro e

Rosa Maria de Oliveira. Nesse sentido, não se pode minorar o papel das mulheres como protagonistas (Hameister, 2006). Em muitos casos, elas podiam ser escolhidas por razões próprias que as habilitassem para serem consideradas boas madrinhas e não apenas por sua condição de esposa de um importante oficial miliciano. Enfim, não há como explorar a fundo, neste artigo, esses diferentes fatores que influenciavam as escolhas dos compadres. Por agora, basta ter em conta essa questão como uma advertência para não homogeneizar os sentidos do compadrio, nem naturalizar as relações de solidariedade que ele ritualizava.

Por outro lado, teremos uma visualização mais rica se procurarmos perceber os laços que uniam esses “campeões de batismo” e não apenas colocando-os em um *ranking*. É o que farei, a seguir.

## Vínculos entre os padrinhos/madrinhas preferenciais

A Figura 1 foi construída tendo em conta as relações de compadrio e casamento que uniam aqueles casais. Foram incluídos, também, os senhores dos dois escravos que integram o grupo dos padrinhos preferenciais. Esses escravos campeões de batismo, por vezes, apadrinharam



**Figura 1.** Compadrio entre os padrinhos e madrinhas preferenciais (Alegrete 1816-1835).

**Figure 1.** Kinship among main godfathers and godmothers (Alegrete 1816-1835).

Fonte: Brasil, Registros da Igreja Católica, RS, Alegrete, Capela de Alegrete, Livros de Batismos n. 1 e 2, 1816-1835. (Family Search, s.d.).

escravos pertencentes a outros campeões. Nesses casos, incluímos também esses últimos cativos.

A configuração mostra um grande conjunto agregado, unindo 11 dos 15 padrinhos campeões de batismo. Ali, vê-se um núcleo central formado pelo coronel Bento Manoel Ribeiro e seus familiares: sua esposa, a filha e o genro, o irmão e a cunhada. Na parte superior da figura, encontramos o núcleo familiar formado pelo capitão Felisberto Nunes Coelho e sua esposa, dona Ana Joaquina da Conceição, bem como por sua filha Felisberta e pelo genro Luiz Ignacio Jacques. Conectado a esses dois núcleos, aparece Albino Pereira de Lima, grande estancieiro, sogro do capitão José Ribeiro de Almeida, e seu escravo José, campeão de batismo. Perceba-se, por fim, que o núcleo familiar do tenente-coronel João Machado de Bittencourt liga-se ao conjunto apenas através de Bento Manoel e Maria Mâncio.

Depois, é possível observar um outro conjunto, menor, e de caráter familiar. Ele estava estruturado em torno do casal Manoel José de Carvalho e sua esposa Custódia Maria de Carvalho, bem como de Mateus, campeão de batismo e escravo de João de Araújo, genro do casal Carvalho. Esse grupo não se ligou por compadrio ao conjunto maior, indicando que pertenciam a outra rede de relações. Por fim, há três casais que não mantinham relações de compadrio ou de casamento com nenhum dos outros campeões de batismo. Porém, se continuássemos reconstruindo vínculos, passando a grafar os compadres dos compadres, veríamos que o casal de Manoel Álvares dos Santos e Clementina Urbana apareceria ligado ao grupo de Manoel José de Carvalho. Do mesmo modo, o capitão Manoel Carvalho Bulhão e sua esposa Rosa Maria de Oliveira estariam ligados ao conjunto maior de compadres campeões de batismo. Assim, os únicos que apareceriam mesmo “isolados” dos outros “campeões” eram os índios Vicente Aleixo e Bernardina Flora.

A preponderância dos milicianos, no primeiro grupo, é clara. Porém, novamente, se incluíssemos todos os compadres daqueles sujeitos, e não apenas os que eram, também, campeões de batismo, teríamos a presença de um importante oficial miliciano, o tenente-coronel José Antônio Martins, no grupo de Manoel José de Carvalho. Assim, não se tratava de “milicianos x não milicianos”, mas de grupos relacionais que congregavam sujeitos pertencentes a ambas as categorias e os amarravam por laços de casamento e compadrio. Ainda assim, é inegável perceber que os oficiais milicianos que eram campeões de batismo formavam um conjunto, o que pode ter potencializado seus recursos sociais. Todavia, não se quer dizer, com isso, que seu grupo de relações fosse idêntico. Os sete casais “campeões de batismo” em que o marido era oficial militar apresentam um leque variado de com-

padres. Ali estão outros militares, parentes, pessoas sem notabilidade – grafadas como brancas ou sem referência de cor e, normalmente, com nome e sobrenome. Também havia índios, pardos e pretos livres, mães solteiras, escravos. Essa configuração heterogênea não é uma exclusividade da realidade estudada aqui. Ela foi observada em várias outras regiões das Américas, nos séculos XVIII e XIX, demonstrando a existência de pactos verticais e a formação de grupos de aliança entre pessoas de qualidade social diversa (Santilli, 2003; Hameister, 2006; Fragoso, 2009). Longe de significarem uma prática de caráter igualitário, elas indicam, na verdade, relacionamentos entre pessoas consideradas como tendo diferentes qualidades.

Contudo, esses setores sociais estavam desigualmente distribuídos entre os sete casais dessa elite do compadrio. Seria enganoso criar um padrão modal do arranjo desses compadres e pensar que ele correspondesse a todos eles. Na verdade, havia desde casais com uma presença mais significativa de compadres militares, passando por configurações intermediárias, até aquelas onde a família ou os subalternos é que estavam mais representados. Se tomarmos em conta a presença de compadres oficiais militares, os extremos desse *continuum* eram demarcados, de um lado, pelo coronel Bento Manoel Ribeiro e sua mulher dona Maria Mâncio da Conceição, com o maior número; e, de outro, pelo tenente-coronel João Machado de Bittencourt e dona Rita Gomes de Oliveira, com a menor presença de compadres oficiais milicianos. Não se deve utilizar, aqui, um critério geral. Um oficial que tivesse poucos compadres milicianos, mas fosse, por exemplo, muito bem relacionado entre parcialidades indígenas, poderia ter recursos sociais de grande importância. Aqui, porém, o estudo tem como foco os oficiais de milícias. Assim, é interessante aprofundar um pouco a análise sobre o casal Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio, que concentravam o maior número de compadres entre aquele segmento social.

## Dos campos de batalha à capela

Bento Manoel Ribeiro nasceu em Sorocaba, na capitania de São Paulo, em 1783, mas migrou ainda criança, com seus pais, para o Rio Grande do Sul. Engajou-se nas campanhas militares do início do século XIX, servindo no Regimento de Cavalaria Miliciano de Rio Pardo. Construiu uma trajetória de destaque: era tenente em 1813 e, em dez anos de ascensão, foi promovido a Coronel, em 1823. Casou-se, em 1807, em Caçapava, com Maria Mâncio da Conceição (Sanmartin, 1935).

O primeiro registro de batismo onde um membro do casal aparece, em Alegrete, data de 1820. A estrutura do compadrio do casal está disposta na Tabela 2.



**Tabela 2.** Compadres de Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio da Conceição (1816-1835).**Table 2.** Kinship Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio da Conceição (1816-1835).

	1816-1828	1829-1835	Total
Militar	7	3	10
Família	1	0	1
Subalternos	0	1	1
Outros	5	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>18</b>

Fonte: Brasil, Registros da Igreja Católica, RS, Alegrete, Capela de Alegrete, Livros de Batismos n. 1 e 2, 1816-1835. (Family Search, s.d.).

Como em todos os outros casais campeões de batismo, a composição social do seu conjunto de compadres era heterogênea. Porém, aqui, o número de oficiais milicianos impressiona, tanto em termos relativos quanto absolutos. Deve-se notar, ainda, que o único familiar presente era também oficial miliciano.<sup>5</sup> A categoria que designei como “subalternos” abarca os escravos, as mães solteiras e aqueles que foram nomeados nos registros como “índio”, “china”, “mestiço”, “pardo”, “preto”. Eles estão pouco representados aqui, contando apenas com uma mulher solteira que convidou dona Maria Mâncio para ser madrinha de seu filho. Porém, cabe apontar que, caso seguissemos a análise para além de 1835, os subalternos se mostrariam mais presentes, sobretudo em virtude das vezes em que dona Maria Mâncio compareceu à pia batismal. Por sua vez, na categoria “outros”, estão pessoas livres que foram designadas como de cor “branca” pelos padres ou, então, que não tiveram referência de cor. No caso de Bento Manoel e Maria Mâncio, sabemos que, pelo menos, um casal desses “outros” pertencia à elite econômica local. Sobre os demais, não é possível afirmar com certeza, mas é muito provável que não se tratasse de pessoas de elite, pois não figuraram na documentação patrimonial de Alegrete, nem ocuparam cargos administrativos. Vamos, agora, a um estudo circunstanciado dos compadres militares desse casal.

Para refinar a análise, dividi os registros em duas delimitações temporais. A primeira delas vai de 1816 até 1828. Como já foi dito, os batismos de 1816 até 1820 são esporádicos, somando apenas 29 registros. Já o ano

de 1828 marca o final da Guerra Cisplatina (1825-1828) e inaugura um período oficialmente sem guerra, até o início da Revolução Farroupilha, em setembro de 1835. Isso, porém, não significa que tenha havido total desmobilização militar na região, uma vez que a recém-criada República do Uruguai vivia uma época turbulenta e a fronteira não se constituía em uma barreira e sim em uma zona permeada por deslocamentos, relações sociais e mesmo propriedades do “outro lado”.

Para o total de 2.624 assentos analisados, entre 1816 e 1828, tivemos 1.127 registros, ou 43% do total, enquanto, no período posterior, foram 1.497 ou 57% do conjunto. Apesar de haver uma predominância dos assentos no segundo período, no caso dos Ribeiro de Almeida, a tendência se inverte. Os batismos ocorridos no primeiro período foram mais que o dobro dos que vieram depois. Em 1820, dona Maria Mâncio foi madrinha da filha do alferes Manuel Marques Viana, sendo que o padrinho foi o General José de Abreu, um dos militares mais importantes do Rio Grande do Sul e que possuía terras e família em Alegrete e além Quaraí, no território disputado com os orientais. Entre 1821 e 1825, ocorreu um período de relativa paz na Capela, onde os serviços eclesiais puderam se organizar. Pode-se imaginar que essa tranquilidade tenha se estendido aos aspectos econômicos e à vida social. Todavia, cabe salientar que a guerra havia acabado, mas a mobilização militar continuava importante no Rio Grande do Sul. Ainda que não tenha havido combates na região, a Independência do Brasil, em 1822, exigiu a renovação de lealdades e era um momento de perigo de insurreição, naquelas áreas militarizadas e de fronteira. A Banda Oriental do Uruguai, anexada como Província Cisplatina, experimentou uma revolta em virtude da Independência e deve ter colocado em alerta os fronteiriços.

Foi nesse período de organização do povoado e de suas vastas campanhas que Bento Manoel e Maria Mâncio exerceram sua maior primazia como padrinhos preferenciais. Entre os oficiais milicianos, foram nada menos do que sete registros em quatro anos, ou oito registros, se contarmos entre eles o filho do alferes José Ribeiro de Almeida, que era irmão e braço direito de Bento Manoel nas atividades guerreiras. Naquele mesmo período, Bento Manoel ocupou o cargo de Comandante da Fronteira de Alegrete e foi promovido a coronel (Sanmartin, 1935). Todos os oficiais que deram seus filhos a batizar tinham postos inferiores ao dele. Eram três alferes, dois tenentes, um capitão (duas vezes) e um sargento-mor (equivalente a major). Todos eles, também, eram ou estavam se tornando importantes estancieiros, donos de grandes propriedades dedicadas à criação de gado, em Alegrete. Além disso,

<sup>5</sup> Considerarei “família” aqui: pai, mãe, filhos, netos, avós, irmãos, sogros, genro, nora, cunhado, tio, sobrinho.

naquele mesmo período, e nos anos posteriores, vários dentre eles convidaram uns aos outros para apadrinhar seus filhos, construindo uma importante malha de laços ritualizados. Dois deles eram campeões de batismo – o capitão Felisberto Nunes Coelho e o já referido alferes José Ribeiro de Almeida.

Mesmo com todos os limites do uso de registros de batismo para reconstruir alianças sociais, parece que, nesse caso, eles estão dando fortes indícios da formação de uma rede de oficiais milicianos aliados. O coronel Bento Manoel Ribeiro ocupava o vértice desse arranjo. Isso ajuda a explicar sua força social, tanto em conseguir homens armados quanto, de forma geral, em buscar uma base social de apoio. E, aqui, olhamos somente para a Capela de Alegrete, que era apenas uma parte do cabedal de alianças de Bento Manoel. Suas relações estendiam-se muito além, incorporando famílias importantes das áreas de colonização mais antiga, como a família Fortes, em Cachoeira, ou Vidal do Pilar, em Cruz Alta, e também funcionários do Império e líderes militares estrangeiros. Exemplo disso era sua relação com o presidente uruguaio general Frutuoso Rivera, com quem tivera períodos de rivalidade, mas, que, na maior parte do tempo, envolveu colaboração e apoio (Leitman, 1979; Guazzelli, 1998).

Um cabedal de relações dessa envergadura ajuda a entender a importância que Bento Manoel angariou no conflito farroupilha (1835-1845), onde trocou de lado três vezes e, mesmo assim, foi brindado com altos cargos de comando em todas as ocasiões. Não estou dizendo que todos esses compadres foram aliados de Bento Manoel, em sua conduta errática na Guerra dos Farrapos. Em um tempo de guerras, tanto mais se considerada essa que foi uma contenda que dividiu os rio-grandenses, a possibilidade de rompimento de laços e da formação de novos alinhamentos deve ter sido mais pronunciada. O que se pode perceber, sim, é a capacidade do casal estudado em construir prestígio e legitimidade social, sobretudo entre parte dos oficiais milicianos e estancieiros da Capela. A construção desse prestígio se devia, por um lado, à bem-sucedida carreira de Bento Manoel nas armas, durante os combates da década anterior. O próprio reconhecimento imperial, fazendo dele coronel, emprestava uma forma de chancela política que transcendia o aspecto local.

Porém, suas habilidades como guerreiro não eram os únicos fatores responsáveis por sua proeminência social. Além disso, sua atuação como mediador de diversos interesses, em diferentes instâncias, também deve ter sido importante. Bento Manoel parece ter se esforçado no desempenho dessa função de mediação entre o governo português, depois brasileiro, e os súditos que se arriscavam sobre os territórios de fronteira. Ao ser interpelado pelo governo da província, em 1824, sobre as razões que

o teriam levado a permitir que famílias se apossassem de terras pertencentes a um sesmeiro absenteísta, ele argumentou que aquele era um tempo em que fronteira se achava ameaçada, e que deu a permissão “para assim os influir à defesa do Departamento”. Disse, ainda, que foi através desta e de outras “maneiras políticas”, que tinha podido apresentar 600 homens armados ao General das Armas, quando nenhum comandante conseguia reunir tropa, porque eram muitas as deserções. Esse documento, provavelmente, não expõe uma realidade isolada. Ainda que houvesse outros meios, ele indica que a negociação desigual e a de reciprocidade entre pessoas posicionadas em diferentes setores da hierarquia social também eram instrumentos necessários para construir as tropas luso-brasileiras na fronteira, o prestígio dos comandantes e o acesso a recursos por parte da população.

Assim, encontramos dois aspectos que permitem ir além da simples constatação de que os oficiais militares eram importantes e, por isso mesmo, eram padrinhos preferenciais. Em primeiro lugar, não se tratava apenas de ser oficial miliciano, mas de ser um dos mais importantes dentre eles, tanto no que se refere a uma carreira bem-sucedida, como também quanto à perspectiva de continuidade dela. Por outro lado, e talvez ainda mais importante, está o papel de mediador entre o “o povo de meu Comando”, como ele mesmo se referiu em uma correspondência, e as autoridades imperiais, que o coronel Bento Manoel conseguiu ocupar na década de 1820. Ele estava em boa posição para assegurar direitos naquela fronteira em permanente convulsão, para, na medida do possível, valer a quem necessitava e atender demandas. Uma situação diferente, talvez, passou a ocorrer no final dessa década, quando a criação de cargos civis relevantes, começando pelo juizado de paz, passou a disputar espaço com as autoridades militares e milicianas. Essa situação tendeu a agravar-se com a criação do município de Alegrete, em 1831 e, além disso, com a ordem para a criação da Guarda Nacional e a importância do poder civil trazido pelas Regências. O processo de criação da Guarda e de extinção das milícias foi lento e complicado, em Alegrete, tendo o próprio coronel Bento Manoel Ribeiro como um dos envolvidos na questão (Ribeiro e Farinatti, 2011).

De fato, o período que vai de 1829 a 1835 implicou uma continuidade da predominância de milicianos entre seus compadres, porém, houve uma redução das vezes em que Bento Manoel e Maria Mâncio foram convidados a apadrinhar. Todavia, é preciso ter cuidado para não exagerar a diminuição do prestígio da família Ribeiro de Almeida. É interessante perceber que, ao mesmo tempo, essa foi a época em que dona Ana Doroteia e Belchior Monteiro Mâncio, filha e genro do casal, e também campeões de batismo, passaram a apadrinhar com grande

frequência. Na primeira vez em que compareceu à pia batismal, ainda em 1821, Ana Doroteia tinha apenas 12 anos, e o fez ao lado de seu pai. O mesmo tipo de atitude, com Ana Doroteia batizando, depois, ao lado de seu irmão Severino Ribeiro, indica uma estratégia familiar de inserção dos mais jovens nos circuitos da reciprocidade local. Eram casos semelhantes às crianças-madrinhas que se destacaram na Vila do Rio Grande, no século XVIII (Hameister, 2006). O que parece ter havido, então, foi um deslocamento da proeminência junto à pia batismal para uma nova geração. Isso, ao contrário de dividir, na verdade multiplicava as alianças da família.

Por outro lado, um dos casos de compadres oficiais milicianos de Bento Manoel e Maria Mâncio, nesse segundo período, se refere ao batismo da filha do capitão Athanasio Ababos, índio do Povo de Santo Tomé e sua esposa dona Candelária Candi, do Povo de São Luiz, realizado em 1831 (FS, RS, Alegrete, Capela de Alegrete. Livros de Batismos n. 2, f. 70v., 25/06/1831). São os únicos índios que figuram como compadres do casal estudado. Também foram, juntamente com outro casal, os únicos dois casos de índios designados com patente militar e o apelativo “dona”.

No ano seguinte, encontramos esse mesmo Athanasio Ababos, “capitão do Regimento de Lanceiros” oferecendo seu serviço e de seus homens para formar uma partida volante sobre o rio Quaraí (AHRS, 1832). Os contingentes de soldados guaranis foram muito importantes ao formarem parte das diferentes forças rivais que se enfrentavam nas guerras que convulsionaram o sul da América, nas primeiras décadas do Oitocentos. Aqui, trata-se de uma liderança guarani ritualizando uma aliança com um membro da elite miliciana da fronteira por meio do compadrio e, em outra oportunidade, oferecendo seus serviços militares e também o de seus comandados. Esse auxílio foi bem recebido. Entre 1830 e 1832, os estancieiros brasileiros reiteraram queixas sobre ataques de partidas de índios vindos de Bella Unión. Esse povoado havia sido fundado por migrantes dos Sete Povos, que marcharam para aquele lugar acompanhando o general Frutuoso Rivera, ao final da Guerra Cisplatina (Frega, 2009). Pode-se perceber o protagonismo das parcialidades guaranis, ainda que sob condições extremamente desfavoráveis, buscando posicionar-se e agir em meio ao novo contexto da região.

Essa aliança parece ter continuado efetiva, tempos depois. Em uma memória sobre a Guerra dos Farrapos, escrita em 1875, o Juiz de Direito e estancieiro Francisco de Sá Britto relata que, em 1836, o coronel Bento Manoel enviara cartas e proclamações aos quatro cantos da província, solicitando que lideranças locais dessem sustentação

à posse do novo presidente da Província, José de Araújo Ribeiro. Bento Manoel, que participara do movimento de 20 de setembro de 1835, para derrubar o então presidente Fernandes Braga, agora se posicionava contrariamente à radicalização da revolta. Entre vários nomes citados, Sá Britto refere que “Accudiram igualmente com gente e cavalos ao convite de Bento Manoel seu irmão o coronel José Ribeiro de Almeida, o capitão Athanasio e o coronel Manoel dos Santos Loureiro, com 300 homens de Missões” (AHRS, s.d., p. 150, grifos meus).<sup>6</sup> As alianças com grupos de indígenas foram parte das estratégias em diversas regiões das Américas, em tempos coloniais. Elas se reiteraram, ainda que talvez não do mesmo modo, nos novos contextos da primeira metade do século XIX. Esse é um tema ainda pouco desenvolvido, e que pede, com urgência, mais atenção por parte dos historiadores.

Por outro lado, investigando os padrinhos e madrinhas dos filhos de Bento Manoel e Maria Mâncio, poderemos perceber a importância da atuação guerreira na composição de alianças reforçadas pelo compadrio. Em Alegrete, foram batizados, entre 1824 e 1833, quatro dos oito filhos do casal. Os outros foram batizados em Caçapava ou Cachoeira, locais onde seus pais haviam vivido antes da migração para a fronteira. Uma das crianças foi batizada pelos avós maternos. Outra não teve padrinhos, tendo o batismo sido realizado “in extremis”. Em outro registro, aparece o tenente-coronel João Antônio da Silveira, importante liderança miliciana, que não era morador de Alegrete, batizando por procuração, junto com uma mulher que não sabemos se era sua esposa e que também não foi possível identificar, mas que é chamada de “dona”. Por fim, há um registro datado de 1831, mas que, na verdade, é a transcrição de um assento realizado em 1814, na “estância do Ibicuí”. Trata-se do batizado de Sebastião, cujos padrinhos foram o capitão João Machado de Bittencourt e sua esposa dona Felícia Gomes de Oliveira 1831 (FS, RS, Alegrete, Capela de Alegrete. Livros de Batismos n 1, f. 66v e 93; livro 2 fs. 78 e 135v.). Ou seja, os padrinhos listados ou pertenciam à família ou eram oficiais milicianos. Quanto às madrinhas, provavelmente integravam as mesmas categorias, ainda que não haja certeza sobre uma delas. Encontra-se, aí, a mesma importância que esses dois espaços relacionais – a família e a guerra – desempenhavam na composição do conjunto de pessoas que convidaram Bento Manoel e Maria Mâncio para apadrinharem.

De fato, o relacionamento entre Bento Manoel e João Machado de Bittencourt parece ter sido bastante estreito, ao longo da década de 1810. Bento Manoel era tenente na mesma companhia onde João Machado era

<sup>6</sup> Memória da Guerra dos Farrapos. Francisco de Sá Brito.

capitão. Esse é um caso em que a solidariedade forjada nos campos de batalha foi a base para a realização de um compadrio. Apesar de Bento Manoel fazer carreira como subordinado a João Machado de Bittencourt, ambos chegaram com o mesmo posto, de tenente-coronel, nos inícios da década de 1820, quando estavam instalados como importantes estancieiros na capela de Alegrete. Bento Manoel tornou-se coronel em 1823, posto que o outro jamais alcançou.

Nesse mesmo ano, Bento Manoel escreveu à presidência da província, exaltando o auxílio que recebera dos fazendeiros da região, através do empréstimo de cavalos, chegando a um total de 413 animais. Na lista daqueles nomes, o primeiro a figurar é exatamente o tenente-coronel João Machado de Bittencourt. O segundo é o capitão Felisberto Nunes Coelho, campeão de batismo e também compadre de Bento Manoel (AHRS, 1823).

## Conclusões

Os oficiais milicianos representavam uma parcela pequena dentre os pais presentes nos registros de batismo realizados na Capela de Alegrete, entre 1816 e 1835. Porém, eles estavam muito mais representados quando olhamos para as oportunidades em que aparecem como padrinhos. E tanto mais ao se analisar os padrinhos preferenciais, aqueles que tinham grande número de afilhados. Seus compadres tinham extração social variada, desde outros milicianos, passando por estancieiros, agregados, índios guaranis, mulheres solteiras e escravos. Contudo, nem todos os oficiais de milícia eram “campeões de batismo”, mas, entre estes últimos, foi possível perceber a presença de um importante conjunto de compadres, unindo seis oficiais e outros padrinhos não milicianos. Esse conjunto tinha como centro a família do coronel Bento Manoel Ribeiro e de sua esposa dona Maria Mâncio. Esse casal concentrava o maior número de compadres oficiais milicianos, o que atesta sua preponderância nesse estrato social, e também sua possibilidade de atingir outros estratos, através deles. Na década de 1820, Bento Manoel atingira uma posição de proeminência, procurando ocupar um espaço como mediador entre o Império e a população da fronteira. Esses potentados locais desempenharam papel relevante na forma como o poder imperial conseguiu se instalar nas diversas realidades da antiga América Portuguesa. A trajetória política do próprio Bento Manoel, tão cioso de sua autonomia, é um exemplo interessante e tem relação direta com esse cabedal social que ele conseguiu construir.

Essas constatações apontam que o conhecimento sobre a constituição das funções de Estado, a construção das economias rurais ligadas ao mercado interno brasileiro e a reflexão sobre as formas de hierarquização social no

Brasil oitocentista têm a ganhar com estudos com foco na reconstituição intensiva das relações sociais e dos contextos locais. Por outro lado, a partir daqui se abrem outras frentes de pesquisa. Uma delas passa pelo estudo das redes de relações desses oficiais de forma mais abrangente para além do compadrio e para adiante da capela de Alegrete. A outra verticaliza a análise na capela, buscando os diversos sentidos e práticas relacionais dos outros setores da sociedade, como escravos e índios.

## Referências

- AXT, G. 2008. *As guerras dos gaúchos*. Porto Alegre, Nova Prova, 524 p.
- BRUGGER, S.M. 2007. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João d'El Rey (1736-1850). In: J.M. CARVALHO, *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 313-347.
- CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). 2004. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, 459 p.
- FARINATTI, L.A. 2010. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria, Editora da UFSM, 519 p.
- FERTIG, A.A. 2010. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria, Editora da UFSM, 249 p.
- FRAGOSO, J. 2009. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: M.R. de OLIVEIRA; C. ALMEIDA, *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro, FGV Editora, p. 157-207.
- FREGA, A. (org.). 2009. *Historia Regional e Independencia del Uruguay: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 266 p.
- GARCIA, G. 2005. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 191 p.
- GOLIN, T. 2004. *Fronteira*. Porto Alegre, L&PM, vol. II, 403 p.
- GUZZELLI, C.A. 1998. *O horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado, UFRJ, 405 p.
- GUDEMAN, S. 1975. Spiritual Relationship and Selecting Godparent. *Man, New Series*, 10(2):221-237.
- HAMEISTER, M.D. 2006. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. UFRJ, 474 p.
- HAMEISTER, M.D.; GIL, T.L. 2007. Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: J. FRAGOSO; A.C.J. de SAMPAIO; C. ALMEIDA (orgs.), *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 265-310.
- KRAAY, H. 1999. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *Diálogos DHI/UEM*, 3(3):113-151.
- KUHN, F. 2006. *Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. UFF, 479 p.



- LEITMAN, S. 1979. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 193 p.
- LUFT, M.V. 2011. É verdade tudo quanto alega o suplicante: os pedidos de isenção do serviço militar durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: M. MUGGE; A. COMISSOLI, *Homens em armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)*. São Leopoldo, Oikos, p. 39-64.
- MATHEUS, M.S. 2012. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Unisinos, 238 p.
- MUGGE, M.; COMISSOLI, A. 2011. *Homens em armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)*. São Leopoldo, Oikos, 256 p.
- NEUMANN, E.S.; GRIJÓ, L.A. (orgs.). 2010. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro, Apicuri, 207 p.
- OSÓRIO, H. 2007. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 355 p.
- OSÓRIO, H. 1990. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 138 p.
- POSSAMAI, P.C. (org.). 2010. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Editora da UFPel, 249 p.
- RIBEIRO, J.I.; FARINATTI, L.A. 2011. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: M. MUGGE; A. COMISSOLI, *Homens em armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)*. São Leopoldo, Oikos, p. 95-112.
- RIBEIRO, J.I. 2005. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria, Editora da UFSM, 304 p.
- RIBEIRO, J.I. 2009. "De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e nação na trajetória dos militares do exército imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. UFRJ, 376 p.
- SANMARTIN, O. 1935. *Bento Manoel Ribeiro: ensaio histórico*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 261 p.
- SANTILLI, D. 2003. Representación gráfica de redes sociales: un método de obtención y un ejemplo histórico. *Mundo Agrario, Revista de Estudios Rurales*, 3(6). Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v3n6/v3n6a01.pdf> Acesso em: 03/03/2012.
- SCHULZ, J. 1994. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo, USP/EDUSP, 224p.
- SCOTT, A.S.V. 2009. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, 51:13-29.
- SIRTORI, B. 2008. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 207 p.
- SOUZA, A.B. de. 1999. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 191 p.
- ZARTH, P.A. 2002. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 319 p.

## Fontes primárias

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). 1846. Alegrete. Fundo Justiça, 14 de ago.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). 1832. Fundo Justiça. Juízo de Paz, Alegrete, 13 de jan.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). [s.d.]. Memória da Guerra dos Farrapos. Francisco de Sá Brito.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). 1823. Fundo Autoridades Militares, M 91, Bento Manoel Ribeiro, 25 de mar.
- FAMILY-SEARCH. [s.d.]. *Brazil. Catholic Church Records* (FS). Rio Grande do Sul. Alegrete. Capela de Alegrete. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/image/show#uri=https://api.familysearch.org/records/waypoint/9055642>. Acesso em: 01/03/2012.

Submetido: 18/06/2012

Aceito: 28/08/2012